

# A ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA: UMA INTRODUÇÃO NADA IRÔNICA

Tirza Myga GARCIA (PG-UFSC) \*

## 1. Introdução

Este trabalho está ligado a uma reflexão de orientação discursivista iniciada há mais de dez anos sobre a ironia - mais especificamente à necessidade (epistemológica) de se lançar um outro olhar, menos apriorístico (isto é, menos imanente, abstrato e universal- numa palavra: formalista) sobre o fenômeno linguageiro<sup>1</sup> por ela constituído. Esta busca, inquietada e fascinante, nos conduziu a tratá-la em sua *materialidade discursiva*, ou seja, em sua natureza constitutivamente pluridimensional (lingüística-ideológica-subjetiva-histórica-social).

O objetivo mais específico e imediato então deste artigo é o de expor brevemente o quadro conceitual básico da Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD), que fundamentou nossa proposta de análise da ironia enquanto acontecimento interdiscursivo que se materializa como práxis intradiscursiva lúdico-crítica (ou, simplesmente, *discurso irônico*<sup>2</sup>).

## 2. A constituição do objeto em AD

A AD configura-se como disciplina de entremeio (x *interdisciplinar*, cf. Orlandi 1996, cap.2) porque constitui(u)-se no trabalho contínuo e constante das contradições epistemológicas - historicamente condicionadas - entre diferentes regiões do conhecimento. Assim é que a proposta epistemológica de Pêcheux (1969) de articular Ciências Sociais (História, Sociologia e Filosofia), Lingüística, Teoria do Discurso e Psicanálise inaugurou um novo período de reflexão não só sobre a linguagem, mas também sobre a ideologia - e, sobretudo, das relações possíveis, de natureza

\* tirzag@hotmail.com

intervalar, entre essas concepções através da formulação da noção de *discurso*

A AD surgiu reagindo às concepções (até então correntes - e predominantes - na França da década de 60) de *ideologia* nas teorias sociais e de *linguagem* na Lingüística. Para Pêcheux, era inadequado (e por isso inaceitável) manter o abismo reinante entre prática lingüística (como tentativa de produção a-política de discursos sobre a linguagem pela “ciência” lingüística) e prática política (como conjunto de atividades que pressupunham o mito da transparência da linguagem). Pêcheux se insurgiu contra o que chamou de “realismo metafísico e empirismo lógico como duas formas de exploração regressiva das ciências pelo idealismo” (Pêcheux 1988: 65-84).

Era fundamental para ele considerar-se as condições nas quais uma ciência estabelece seu objeto, bem como o que ele chamou de “reprodução metódica” deste objeto, isto é, o processo pelo qual uma ciência se pensa em/por seu próprio discurso, o que permite testar sua *consistência e necessidade*. Revisitou para tanto Bachelard e Canguilhem com um filtro marxista, preocupado que estava com o divórcio entre o trabalho manual e o intelectual como conseqüência da combinação contraditória das forças produtivas e das relações sociais de produção na sociedade de classes capitalista.

Assim é que imaginou seu sistema de “análise automática do discurso”: como práxis/atividade científica, ou seja, como processo de apropriação dos instrumentos pela teoria - no sentido de trabalho de elaboração teórico-conceitual que subverte o discurso ideológico com que esta ciência rompe e de mera reprodução conceitual e experimental (cf. Paul Henry, *apud* Gadet & Hak 1993: 16).

### 3. A rede conceitual da AD

O movimento aparentemente disperso - mas, na verdade, heterogêneo - de constituição da AD articulou conceitos de três regiões do saber em seu entremeio, em seu espaço intervalar - atravessadas por

uma teoria do sujeito de cunho psicanalítico - conforme postulado por Pêcheux & Fuchs (1975):

(...) 1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias;

2. a lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo;

3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

A seguir examinaremos as noções advindas dessas regiões, sendo a de *discurso* o fio condutor de nosso percurso, sendo ele o ponto de convergência dos deslocamentos necessários a uma compreensão do complexo processo semântico-histórico (“discursivo”) de produção (e/ou atribuição) de efeitos (irônicos) de sentido.

### 3.1 A história

Na AD, a noção de *história* está estreitamente ligada à de *social*, tendo sido deslocada ao olhar discursivo através da crítica feita por Courtine (1980, *apud* Barbisan *et al.* 1996: 19) ao conceito de *condições de produção* (CP) proposto por Pêcheux (1969): a fim de evitar associações psico-sociológicas, que transformariam em simples circunstâncias as determinações históricas do acontecimento discursivo, Courtine propôs aliar a noção de CP à análise histórica das contradições ideológicas presentes na materialidade dos discursos, articulando-as às *Formações Discursivas* (doravante FDs); conceito este emprestado de Foucault (*Vigiar e punir*).

Conforme Brandão (1991: 29), Foucault (1971) rompe com a “(...) ordem clássica que via a história como um discurso do contínuo, do desenrolar previsível do Mesmo, (...) instaura uma nova visão da *história como ruptura e descontinuidade*, construindo-se uma série de mutações inaugurais onde não há lugar para um projeto divino ou humano”.

Podemos então caracterizar a abordagem foucaultiana como não-positivista e anti-empirista, na medida em que rompe com as noções de causalidade (origem/causa-conseqüência/efeito) e de temporalidade cronológica, associadas à idéia de evolução. O fato histórico, na lente foucaultiana, transforma-se em discurso historiográfico através da noção de *acontecimento discursivo*, ou seja, em descrição de funcionamentos de práticas e de relações, e não mais de objetos ou estados do mundo/referenciais.

Na opinião de Brandão (*op.cit.*), “atribuindo à instância singular do discurso um estatuto privilegiado, para ele a matéria de uma análise histórica descontínua é o evento na sua manifestação discursiva sem referência a uma teleologia ou a uma subjetividade fundadora.” *A história configura-se assim como um dos aspectos materiais constitutivos do discurso-e também da discursividade e da discursivização*.<sup>3</sup>

Segundo Rodriguez (1993), pensamos ser adequado, nesta perspectiva, afirmar que *o social (a ordem social) constitui, por sua vez, a materialidade da (organização da) história*. Esta é uma via para se compreender a idéia de que a atribuição de sentidos (isto é, o trabalho simbólico efetivado no/pelo discurso) só é possível através da ancoragem histórica, pensada como materialidade social e ideológica (historicidade).<sup>4</sup>

É necessário observar que esse movimento epistemológico rumo ao *descentramento do sujeito e do sentido* para uma redefinição da história também ocorreu em grande parte pela influência do pensamento freudiano: ao demonstrar que as estruturas do psiquismo de homens e mulheres são constituídas de forma determinante por situações (originalmente genealógicas e sexuais), foi possível identificar e caracterizar a ilusão positivista de produção discursiva como um processo “objetivo” com um produto resultante igualmente “objetivo”.<sup>5</sup>

### 3.2 A Ideologia

A principal fonte inicial do pensamento de Pêcheux sobre ideologia foi o trabalho de Althusser, cujas teses de seu famoso artigo

“Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado” (1970) expomos a seguir (*apud* Zizek 1996: 105-142):

Tese I: a ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência;

Tese II: a ideologia tem uma existência material.

Para Althusser, a ideologia não tem história: “a ideologia é eterna” (talvez no sentido de ‘tempo presente’, que é o vivido, percebido, sentido e experienciado de modo imediato pelo(s) indivíduo(s)).

Vendo o homem como um animal ideológico por natureza (no que podemos aproximá-lo de Bakhtin/Volochínov 1995), afirma:

A existência da ideologia e o chamamento ou interpelação dos indivíduos como sujeitos são uma e a mesma coisa. (...) o que parece ocorrer fora da ideologia (para ser exato, na rua) ocorre, na realidade, na ideologia.

*(...) um dos efeitos da ideologia é a negação prática, pela ideologia, do caráter ideológico da ideologia. (...) a ideologia não tem um exterior (para si mesma), mas, ao mesmo tempo, ela não é nada senão o exterior (para a ciência e a realidade)”. (grifo nosso)*

Sem entrar no mérito da concepção estritamente institucional de ideologia do autor, nem da sua dicotomia ciência-realidade, preferimos chamar a atenção ao alerta que fazem Pêcheux & Fuchs (1975), quando dizem que “(...) não se deve projetar as formas burguesas de interpelação sobre as formas anteriores”; assim,

(...) A autonomia do sujeito como “representação da relação imaginária” está de fato estritamente ligada à aparição e à expansão da

ideologia jurídico-política burguesa. Nas formações sociais dominadas por outros modos de produção, o sujeito pode representar sua própria determinação como se impondo a ele na forma de uma restrição ou de uma vontade externa - sem que, para tanto, a relação assim representada deixe de ser imaginária (Gadet & Hak 1993: 237).

Segundo Brandão (1991: 34), a preocupação de Pêcheux (1975) foi inscrever o processo discursivo em uma relação ideológica de classes (no que se afasta da lente foucaultiana, 1986), reconhecendo, na trilha de Balibar, que, se a língua é indiferente à divisão das classes sociais e à sua luta (daí a relativa autonomia do sistema lingüístico), as classes sociais não o são em relação à língua, usando-a conforme o campo de seus antagonismos. Assim, *o ideológico materializa-se no discursivo via língua, o discurso sendo o ponto de contato entre o ideológico e o lingüístico (e por este também o simbólico, via de acesso para o inconsciente).*

Courtine (1981), distinguindo a *ordem do discurso* da *ordem da língua*, situa a especificidade do discurso em sua *materialidade, definida como uma relação específica entre língua e ideologia*.

“(...) o discurso materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico: por um lado, representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, inversamente, manifesta a existência da materialidade lingüística no interior do ideológico. A adoção de uma concepção especificamente discursiva deve evitar reduzir o discurso à análise da língua, ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre a ideologia, tomada enquanto “representação”. Trata-se de ter ao mesmo tempo a análise lingüística (...) e a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso”.

Segundo Orlandi (1996),

O discursivo pode ser definido como um processo social cuja especificidade está no tipo de materialidade

de sua base, a materialidade lingüística, já que *a língua constitui o lugar material em que se realizam os efeitos de sentido*. Daí decorre que a forma da interpretação – leia-se: da relação dos sujeitos com os sentidos – é historicamente modalizada pela formação social em que se dá, e ideologicamente constituída. (p. 146-147)

### 3.3 Linguagem e língua

A linguagem serve para comunicar e para não comunicar  
(Pêcheux, *apud* Orlandi 1990: 28)

Se na tradição do pensamento ocidental sobre a linguagem - e especificamente na trilha da lingüística estruturalista - a noção de língua (como sistema imanente e abstrato) se opõe à de fala (como objeto do mundo, concreto, “real”), a AD desloca a relação entre essas noções, ressignificando a de língua, bem como sua relação com as de mundo e pensamento, atribuindo-lhe um estatuto radicalmente distinto: *ela (a língua) constitui um dos aspectos materiais do discurso, ao mesmo tempo em que constitui um dos aspectos materiais deste, reciprocidade que confere a ambos espessura, opacidade (cujas visibilidade pode ser mais ou menos vislumbrada pelas/nas marcas da heterogeneidade, da dispersão ou descentramento dos sentidos e dos sujeitos deixadas no texto)*.

Ora, do ponto de vista da AD, a linguagem tem na *incompletude* um de seus fundamentos: *tudo não pode ser dito, e o que pode ser dito não pode sê-lo de qualquer maneira*. A este princípio constitutivo da linguagem, e cerne do conceito de formação discursiva (FD) corresponde o *impossível da língua*, o qual se inscreve no *real da língua*. Este, segundo Pêcheux (1990: 29-42), não “(...) é o impossível (...) que seja de outro modo” dos pensamentos escolástico aristotélico, positivista (com seu método hipotético-dedutivo experimental) e ontológico dialético marxista. Trata-se, para ele, do “(...) fato lingüístico do equívoco como fator estrutural implicado pela ordem do simbólico.” Aliás, é nisto que consiste o trabalho

simbólico da linguagem (conforme bem explicitou Leandro Ferreira 1994: 8): na *constituição discursiva do referente*. Por isso é que a cada interlocução, a cada enunciação, os sentidos são (re-)negociados, balizados, redimensionados: os sujeitos interlocutores precisam situar-se discursivamente, isto é, perceber as posições que ocupam e que são ocupadas pelos outros, colocar-se no lugar do outro senão para compreender (“pretensão” ou ilusão relativa, mas necessária ao acontecimento discursivo) ao menos para vislumbrar que o referente não é completamente o mesmo (porque fruto provisório de diferentes histórias de construção simbólica e imaginária). Interpretação...

Por isto a linguagem não é uma (homogênea), assim como (e uma vez que) o sujeito é “dividido”, polifônico, descentralizado. Os sentidos só não tendem à dispersão *ad infinitum* porque são circunscritos por determinada FD, que os delimita. Mas também horizonte, linhas de fuga, pontos de deriva...

Conforme explica Leandro Ferreira (*op.cit.*, p.2), a *linguagem* tem uma organização singular que não rejeita o que escapa às suas próprias regras de ordenamento: a falta (ou o excesso) é constitutiva(o) desta estrutura heterogênea. Já a *língua* é um aparato formal, no sentido de ter uma espessura material enquanto sistema significante, sendo o equívoco o lugar de resistência inerente à língua e à sua constituição, compatível com sua natureza instável, heterogênea, contraditória de sistema não fechado - o que lhe permite escapar, como demonstrou Haroche (1984), às tentativas de gramatização ou normatização.

Desta forma, Leandro Ferreira (*id.ibid.*) postula a *ambigüidade* como fundamento para se evidenciar um modo de ser da língua, trabalhando a noção de efeito/evidência da língua: esta existe como corpo/materialidade - o que não autoriza a equivalência 'uma forma — > um sentido` (opacidade x transparência). O *efeito de aparente transparência da língua* se dá ligada a outras duas evidências: a do sentido (uma palavra significa “x e somente x”) e a do sujeito (“eu sou y”/origem de si próprio; “eu quero dizer x”/fonte do sentido; “eu digo z”/origem da linguagem).

A autora admite um apagamento do fundamento ideológico nas discussões sobre a linguagem, esclarecendo que é isto que a AD tenta resgatar quando fala em *resistência*, concebendo-a como um trabalho que se situa na margem entre a dominação que se faz da linguagem e a que ela estabelece (língua ora como serva, ora como dona do pensamento). Assim, os enunciados da língua podem sempre escapar à organização da língua, uma vez que os “furos” e as “faltas” são próprios à ordem da língua, são dela estruturantes no sentido de constituírem-se em “fatos lingüísticos estruturais implicados pela ordem do simbólico” (Pêcheux 1990).

Leandro Ferreira (1994: 30) oferece uma explicação bastante satisfatória, do ponto de vista dialético, para a *natureza da relação língua/discurso*. Propõe que a pensemos como sendo uma relação não de oposição (uma vez que isto excluiria necessariamente um dos termos), mas de contradição, o que permite a coexistência (tensa, opaca, não-evidente ou não-óbvia) das duas categorias. Justifica este movimento dialético lembrando que Pêcheux chama de *lugar material* à base lingüística sobre a qual vão se realizar os processos discursivos (ou a produção de efeitos de sentido), *o analista de discurso tendo assim acesso à ordem do discurso através da organização da língua*. A autora menciona também uma importante distinção feita por Orlandi, no então artigo “Autoria e interpretação”, ao investigar a natureza dessa diferenciação entre ordem (do discurso) e organização (da língua): situa aquela no plano do simbólico (espaço da opacidade dos sistemas de representação), e esta no plano do imaginário (espaço da ideologia).

### 3.4 O sentido

Para Pêcheux & Fuchs (1975), “(...) o sentido de uma seqüência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela *formação discursiva* (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos).” (apud Gadet & Hak 1993: 169).

Na nota 16 (*idem*, p.238), Pêcheux & Fuchs enfatizam que esta concepção não se identifica com a das “leituras plurais”, que sugerem uma diversidade *ad infinitum* de significações, como manifestações supostamente individuais - o que, sem dúvida, acabaria com o recorte proposto pelos autores através da noção basilar de *materialidade do discursivo*.

Não havendo mais então, em uma perspectiva semântico-histórica (ou discursiva, nos termos da AD), um centro e uma margem dados a priori, mas dispersão de sentidos, efeitos possíveis de sentido (discurso), é a formação discursiva (FD) - concebida como necessariamente constitutiva de uma formação ideológica (FI) - que determinará qual efeito de sentido prevalecerá em detrimento de outros, o que evoca, por sua vez, a questão do *possível da língua e do discurso*.<sup>6</sup>

Conforme Orlandi (1987: 144), a aceitação da *tese da literalidade* já é um efeito discursivo que traz conseqüências de diversas ordens:

- a) teórica: a literalidade é produto da história (no sentido de que há um processo de “hegemonização semântica” determinada pelas relações de produção, as quais determinam a distribuição do poder em uma sociedade, sendo a teoria do discurso justamente um espaço para a reflexão sobre a determinação histórica dos processos semânticos) (cf. Pêcheux 1975);
- b) metodológica: não havendo um sentido nuclear do qual derivam sentidos periféricos, cabe ao analista reconstituir (historicamente) como um sentido, dentre (vários/muitos) outros, se tornou hegemônico/dominante; assim, a atenção sobre a linguagem desloca-se de um percurso psíquico interno (linguagem-pensamento) para um percurso social externo (linguagem-sociedade);
- c) analítica: parte-se do funcionamento, do uso (múltiplo, observável, mas não evidente), e não de uma forma abstrata, para se configurar as condições determinantes da prevalência de um ou outro efeito de sentido sobre os demais.

Assim, na visão da AD, quanto ao processo de produção do sentido, não é o falante/locutor (onipotente, onisciente, onipresente) quem determina a forma e o sentido do que diz, a construção de um efeito semântico hegemônico sendo determinada pelas relações de força entre FDs, que são constitutivas de FIs - e através dessas, e em última análise, por condições de produção específicas (cf. Pêcheux & Fuchs 1975), mas não só de ordem econômica. De qualquer forma, é essa dinâmica da correlação de forças que determina (ao menos parcialmente) a possibilidade de interpretação (isto é, a atribuição de sentidos), cuja discussão remete à questão do (im)possível da língua e do discurso.<sup>7</sup>

Não é justamente o discurso humorístico - e mais especificamente o irônico - que de vez em quando acontece entre nós para lembrar que o sentido não é absoluto nem definitivo, mas relativo e provisório?

### 3.5 O sujeito

Conforme Gadet & Hak (1993: 9), para Pêcheux “é impossível a AD sem sua ancoragem em uma teoria do sujeito, tema que também deve ser visto como um lugar problemático, que deve ser constituído”. O atravessamento psicanalítico postulado por Pêcheux & Fuchs (1975) tem recebido atenção especial nos trabalhos desenvolvidos por Jacqueline Authier-Revuz, embora o desenvolvimento da questão da subjetividade na AD tenha se (con)centrado mais no componente ideológico (provavelmente devido à grande dificuldade de compatibilização entre teoria as teorias marxista e psicanalítica).

Pêcheux (*apud* Orlandi 1990: 26), falando da “evidência subjetiva”, situa-a como um efeito ideológico e inconsciente - isto é, a forma-sujeito é afetada - constitutivamente - não apenas por uma instância ideológica, mas também por outra, de natureza psicanalítica, o inconsciente. O que ambas têm em comum é a falta de controle (total) do sujeito sobre elas: são o que lhe escapa, afetando-o, determinando-o...

A contraditoriedade na noção de sujeito, marca da AD, é comentada por Orlandi (1987: 218): diz ela que os processos discursivos não têm sua origem no sujeito, embora se realizem necessariamente nele. Como isto se processa?

Através dos “esquecimentos nº 1 e nº 2”, constitutivos do sujeito e necessários à discursividade, segundo Pêcheux & Fuchs (1975):

É este fato de toda seqüência pertencer necessariamente a uma formação discursiva para que seja “dotada de sentido” que se acha recalcado para o (ou pelo?) sujeito e recoberto para este último, pela ilusão de estar na *fonte do sentido* sob a forma da retomada pelo sujeito de um sentido universal preexistente (isto explica, particularmente, o eterno par individualidade/universalidade, característico da ilusão discursiva do sujeito).” (*apud* Gadet & Hak, 1993: 169).

Mais adiante, Pêcheux & Fuchs (*op.cit.*, p.174) tratam da *relação entre sujeito e enunciação via enunciado*, cuja materialidade fornece a ancoragem lingüística necessária do sujeito à história (historicidade) através da ilusão referencial.

Podemos compreender melhor a questão da subjetivação (constituição ideológica do sujeito) indo a uma das principais fontes do trabalho de Pêcheux: a noção althusseriana de sujeito (1970, *apud* Zizek 1996: 131), baseada em duas teses conjuntas:

- (i) não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela;
- (ii) não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos.

Althusser desenvolve então sua tese central (que, no seu entender, apenas torna explícita sua proposição (2): “A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos”. O que significa: não existe ideologia a não

ser para sujeitos historicamente concretos, essa destinação da ideologia só sendo possível pelo sujeito (ou seja, pela categoria de sujeito e seu funcionamento). Daí a noção de *assujeitamento* em Althusser (1974, *apud* Pêcheux 1988): “(...) o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente), sua submissão (...)”.<sup>8</sup>

Já para Pêcheux (1975: 156), “Cada sujeito é assujeitado no universal como singular ‘instituível’”. A identificação do sujeito do discurso com a FD que o domina constitui o que ele chama a *forma-sujeito*, categoria analítica que remete ao lugar discursivo de onde se fala, à perspectiva ou posição hegemônica de uma FD à qual um sujeito necessariamente se filia - condição para que produza uma seqüência oral ou escrita, independentemente de sua intenção ou consciência (como estágio ou nível de percepção do real).<sup>9</sup>

Courtine (1981), no entanto, não trata o sujeito em termos de “sujeito universal do discurso”, mas de diferentes *posições do sujeito*, ou seja, as modalidades da relação do sujeito universal (sujeito do saber próprio a uma FD) com o sujeito da enunciação, do sujeito do enunciado com o sujeito da formulação. Assim, o sujeito é concebido como um efeito do processo sem sujeito (uma “ilusão” necessária ao acontecimento discursivo), podendo, no interior do discurso, ocupar diferentes posições ou funções discursivas.<sup>10</sup>

### 3.6 O discurso

Afirmar que a AD tem o *discurso* como seu objeto teórico (“fato discursivo”) - e não simplesmente empírico (“dato lingüístico”) -, significa dizer que o concebe simultaneamente como categorias teórica, conceitual e operacional pela própria exigência da perspectiva materialista de contemplar a determinação histórica (constituída simultaneamente pelos componentes ideológico e inconsciente) no processo de produção dos sentidos que a dicotomia lingüística (vs “*linguageira*”) “língua/fala” não recobria. Assim, o discurso é concebido como o espaço, o lugar ou a

instância da linguagem (e não da língua como sistema imanente) em que emergem as significações, ou ainda, os efeitos de sentido produzidos no processo de interlocução/interação “verbal” entre formas ou posições-sujeito.

Além da formulação do *histórico como conjunção do ideológico e do inconsciente*, ganha destaque uma outra para se compreender melhor a natureza do discurso: é a distinção-passagem entre *ordem do discurso* e *ordem da língua*. Courtine (1981) diz que a especificidade do discurso consiste em sua *materialidade*, definida como uma relação determinada entre língua e ideologia:

(...) o discurso materializa o contato entre o ideológico e o lingüístico: por um lado, representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, inversamente, manifesta a existência da materialidade lingüística no interior do ideológico.

Alerta, no entanto, que

a adoção de uma concepção especificamente discursiva deve evitar reduzir o discurso à análise da língua, ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre a ideologia, tomada enquanto 'representação'. Trata-se de ter ao mesmo tempo a análise lingüística (...) e a análise histórica das condições de formação dos conjuntos ideológicos como discurso.

3.7 À guisa de conclusão: por uma concepção discursiva da ironia

É na perspectiva assim delineada que Courtine (1981) conceitua *interdiscurso* como

a instância de formação, repetição e transformação dos elementos de saber de uma FD, em função das posições ideológicas que ela representa em uma

conjuntura determinada. (...) o interdiscurso é o *lugar de formação do pré-construído* e funciona como um elemento regulador do deslocamento das fronteiras de uma FD, controlando a sua reconfiguração e permitindo a incorporação de pré-construídos que lhe são exteriores, provocando redefinições, apagamentos, esquecimentos ou denegações entre os elementos de saber da referida FD.

Por isso é possível ao autor ver na contradição o princípio constitutivo de toda FD. E ele retoma Foucault (1969) para ir além: a contradição é a própria lei de existência do discurso: “(...) A contradição funciona, assim, no fio do discurso, como o princípio de sua historicidade.” Assim, segundo Courtine (1981), a FD deve ser pensada como uma reconfiguração incessante, em que seus limites deslocam-se em função das posições ideológicas que essa FD representa no interior de uma conjuntura determinada.

Indursky (1997: 26), a partir dele, diz que é o “sempre-já-lá” da interpelação ideológica que fornece ou impõe a realidade de seu sentido sob a forma da universalidade. Desse modo, uma FD deve ser entendida como dois ou mais discursos em um só, estabelecendo a contradição como seu princípio constitutivo, sendo então uma unidade dividida e heterogênea, seu contorno sendo fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhe são exteriores. O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável, em função da formação ideológica (FI) de que provém. O interdiscurso constitui-se, então, no domínio de saber próprio a uma FD, funcionando como um princípio de aceitabilidade discursiva, ou seja, determinando o que pode e deve ser dito, e excluindo o que nela não é formulável, promovendo, pois, a repetição, a redefinição, ou o recalque e a negação dos elementos do saber. O interdiscurso incorpora os elementos pré-construídos, produzidos exteriormente à FD, mas atuando como se sempre estivessem estado lá. É então através da repetição do pré-construído que os objetos

do discurso adquirem sua “estabilidade referencial” ou produzem a “ilusão da transparência dos sentidos”.

Conceber a ironia como *discurso irônico* significa enxergá-lo como *acontecimento discursivo*, como um processo peculiar de ressignificação cujo espaço material é o interdiscurso (entremeio de várias FDs) e cuja especificidade discursiva, material, constitui-se no intradiscurso simultaneamente pelos componentes lúdico e crítico.

Neste sentido é que postulamos *o discurso irônico como um processo interdiscursivo peculiar de ressemantização ou ressignificação, uma vez que a incorporação de pré-construídos advindos de outra(s) FD(s) e a conseqüente redefinição de seus elementos de saber se dá de modo lúdico-crítico (no intradiscurso)*.

Para en-cerrar (“fechar em?”, esconder?) (o texto mas não o discurso), o encontro de mestres fundadores - um acontecimento discursivo aqui somente tornado possível pela mediação da *função tradutora*<sup>11</sup>:

La verdadera risa, ambivalente y universal, no rechaza la seriedad, la purifica y la completa. La purifica del dogmatismo, del carácter unilateral, de la esclerosis, del fanatismo y del espíritu categórico, de los elementos de miedo y de intimidación, del didactismo, de la ingenuidad y de las ilusiones, de una nefasta fijación sobre un solo plano, del agotamiento estúpido.” (Mikhail Bakhtin, *L’Oeuvre de François Rabelais* apud: Gadet & Pêcheux. *La lengua de nunca acabar*, Trad.: Beatriz Job, p. 234, 1984)

### Referências bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). IN: ZIZEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. (p.105-142)

BAKHTIN, Mikhail/VOLOCHÍNOV, V.N.. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 7.ed., São Paulo: HUCITEC, 1995.

BARBISAN, Leci et al. O discurso pedagógico e a presença do Outro. *Letras*. No. 12, Santa Maria: UFSM, 1996/1.

BRANDÃO, Helena H.N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 1991.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). In: *Langages*, n.62, Paris: Larousse, Juin 1981. (com Prefácio de Michel Pêcheux; "Análise do discurso político", tradução de Maria Alice Maciel Alves para pós-graduandos da PUCRS, 1995, mimeo)

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Org. e Trad.: Roberto Machado. 6.ed., Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, v.n.7)

\_\_\_\_\_. *O que é um autor*. Trad.: António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Vega: Passagens, 1992. (Orig. francês: 1983)

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995. (Linguagem-crítica)

HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: HUCITEC, 1992. (Orig.1984)

INDURSKI, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Edit. UNICAMP, 1997. (Orig. 1992, Tese de Doutorado)

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.

LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. (Orig. 1994, Tese de Doutorado)

ORLANDI, Eni P. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. In: *Série Estudos*, Faculdades Integradas de Uberaba, n.12, 1986.

\_\_\_\_\_. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2.ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista!: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Biblioteca da Educação, Série 5, Estudos de linguagem, v. 5)

\_\_\_\_\_. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. et al.. Sujeito e texto. *Série Cadernos PUC*, n.31, São Paulo: EDUC, 1988.

PÊCHEUX, Michel. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F. & HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad.: Bethania S. Mariani et al.. 2.ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (p. 311-319) (Col. Repertórios)

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. (Orig. francês de 1975) Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (Col. Repertórios)

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad.: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990. (Orig. inglês 1988)

PÊCHEUX M. & FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. & HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: (...)*. Trad. Bethania S Mariani et al. 2.ed., Campinas, SP: UNICAMP, 1993. (p. 163-252)

PÊCHEUX, M. et al. Apresentação da Análise Automática do Discurso (1982). In: GADET, F. & HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: (...)*. Trad.: Bethania S. Mariani et al. 2.ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (p.253-282) (Col. Repertórios)

PEREIRA, Aracy Ernst. Na inconsistência do humor, o contraditório da vida. *Tese de Doutorado*. Orientação: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Leci B. Barbisan. Porto Alegre: PUCRS, 1994.

RODRIGUEZ, Carolina. *Sobre a distinção “ordem/organização” e o “social”*. Mimeo, Curso de Doutorado em Estudos da Linguagem, UNICAMP, 1993.

## Notas

<sup>1</sup> Termo adotado em AD a partir de “lingüístico” a fim de marcar a profunda diferença (e conseqüente singularidade), em relação a outras áreas e campos de saber, quanto ao modo de ver a linguagem inaugurado por Pêcheux (1969) em sua proposta de se conceber uma teoria do discurso como um dispositivo de intervenção - epistemológica e política - nos campos das teorias da ideologia, da linguagem e do inconsciente - *limitando, porém, seu poder, quando diz que ela não pode, de forma alguma, substituí-la*, cf. Seção 2.

<sup>2</sup> Esperamos incentivar o intercâmbio institucional, fazendo circular no âmbito deste outro Pós parte do que foi então o Cap. 2 de nossa Dissertação de Mestrado, intitulada “O funcionamento da comparação no discurso irônico de Luís Fernando Veríssimo” e defendida no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFRGS em abril de 2000 (cópia à disposição na Biblioteca Universitária/UFSC: “CETD UFRGS 0307”).

<sup>3</sup> Paul Veyne trata da contribuição do pensamento de Foucault para essa nova concepção de história em *Como se escreve a história; Foucault revolucionou a história*. 3.ed., Brasília: Editora da UnB, 1995.

<sup>4</sup> Para a distinção entre “historicidade” e “história”, ver Orlandi (1996: 54-57).

<sup>5</sup> Gageiro, Ana Maria. A violência subversiva da psicanálise. *Zero Hora*, Seção Cultura (p.6). Porto Alegre, 12/10/96.

<sup>6</sup> Para aprofundar as relações entre FD e FI, ver Pêcheux & Fuchs (1975, *apud* Gadet & Hak 1993: seção 1.1 - Formação social, ideologia, discurso).

<sup>7</sup> Sobre essa questão, ver Jean-Claude Milner (esp. *O amor da língua* . Porto Alegre: Artes Médicas, 1987) e Leandro Ferreira (1994).

<sup>8</sup> Cabe aqui lembrar que o próprio Althusser resgata o pensamento freudiano ao considerar que, antes mesmo de nascer, já somos “sujeitos”, isto é, objetos de desejo de nossos pais.

<sup>9</sup> Sobre a resistência do sujeito via linguagem numa abordagem ideológica desvinculada da psicanalítica, ver Lagazzi (1988).

<sup>10</sup> Formulação claramente influenciada por um outro momento da reflexão althusseriana: “Observação sobre uma categoria: “PROCESSO SEM SUJEITO NEM FIM(S)” (*Posições*, Graal 1978).

Working Papers em Lingüística, UFSC, n.6, 2002 Working Papers em Lingüística, UFSC, n.6, 2002 140 - Sandro Braga Efeitos de discurso sobre a nudez... - 140<sup>11</sup> Noção derivada da noção foucaultiana de “função-autor” (1992), ora em estudo em nossa pesquisa de doutorado sobre a tradução da ironia.